

43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG06 Corpos, narrativas e regimes de visibilidade

**O ABUSO SEXUAL NO ESPAÇO PÚBLICO:
ensaio sobre a campanha digital #primeiroassedio**

Carolina Hilal¹

Monica Machado²

¹ Mestranda do Programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ, bolsista do CNPQ. E-mail: carolhilal@yahoo.com.br

² Professora Associada da Escola de Comunicação da UFRJ e do PPG EICOS – IP _ UFRJ. E-mail: monica.machado@eco.ufrj.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. Trauma e subjetividades.....	5
2. Testemunho e memórias mediadas.....	10
3. O estudo de campo por meio da análise da campanha #primeiroassedio.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	19
APÊNDICE.....	22

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, que atinge milhares de vítimas no Brasil, em função da alta prevalência e de consequências graves, principalmente para o desenvolvimento infantil (OMS, 2002). Para a Organização Mundial da Saúde, o abuso sexual infantil é considerado um dos maiores problemas de saúde pública. Segundo o órgão, os maus tratos envolvem as categorias de abuso sexual³, físico, psicológico, além de abandono e negligência.

O cenário se agrava em relação à predominância deste tipo de violência em mulheres no Brasil. Em 2015, o Brasil registrou um estupro a cada 11 minutos em meninas, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados pela emissora televisiva BBC. Mais de 70% das vítimas de violência sexual em mulheres são crianças e adolescentes e quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas (IPEA, 2014).

Trata-se de um fenômeno que ainda se mostra encoberto por um “muro de silêncio”, do qual fazem parte familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência (BRAUN, 2002). Em contrapartida, serviços públicos de acolhimento e atendimento psicológico têm apontado uma crescente prevalência de casos de denúncias de assédio e de abuso sexual na infância e na adolescência (ABRAPIA, 2003).

Ainda de acordo com o relatório da ABRAPIA, podem ser estabelecidas três grandes consequências para o fenômeno da violência sexual. A primeira refere-se ao maior número de atendimentos psicológicos realizados nos serviços públicos e particulares. A segunda envolve a quebra de confiança da criança com o seu protetor/cuidador – ainda que não diretamente, já que mesmo em casos extrafamiliares, a questão do tabu promove, frequentemente, um abafamento da situação. Por fim, a terceira consequência refere-se à

³ A legislação brasileira, de acordo com a Lei nº 12.015, de 2009, tipifica diversos crimes contra a dignidade sexual (BRASIL, 2009). Para evitar possíveis equívocos, seguem as diferenciações mais relevantes para o presente projeto de pesquisa:

- (1) Estupro: tem por principal elemento a prática da violência e da grave ameaça mesmo que não haja a conjunção carnal.
- (2) Violação sexual mediante fraude: a vítima é levada à prática de conjunção carnal ou ato libidinoso sem sua anuência, sendo impedida ou dificultada a manifestação de sua vontade por meio de fraude.
- (3) Assédio sexual: constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.
- (4) Crimes sexuais contra vulnerável envolvem, dentre outros, estupro (conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos) e corrupção de menores (induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem).

sobreposição de diferentes tipos de violência, incluindo abuso físico e psicológico, fortalecendo sequelas emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas.

Tendo em vista a complexidade e os efeitos associados a uma experiência de abuso ou assédio sexual, este trabalho tem como objetivo geral investigar o lugar do testemunho – exposto no espaço público – no sofrimento humano, por meio de narrativas digitais, em situações de abuso/assédio sexual. Busca-se compreender, em primeira instância, como o testemunho se organiza, em termos éticos e simbólicos, nos contextos de violência sexual, por meio de mobilizações que permitem visibilidade e repercussão do tema, denunciadas por vítimas mulheres.

Ainda que investigações qualitativas não partam de hipóteses muito rígidas (MACHADO, 2017), iniciamos esta pesquisa com a suposição de que no ambiente digital – assim como no offline – o compartilhamento de auto relatos sobre abuso e/ou assédio sexual, especialmente entre as mulheres, possui locais éticos e simbólicos relacionados ao debate sobre o lugar do testemunho no espaço público.

Para tanto, o objeto de estudo desta pesquisa será a mobilização digital marcada pela hashtag #primeiroassedio, que foi engendrada no dia 21 de outubro de 2015, pela ONG feminista Think Olga. Na ocasião, a instituição lançou, no Twitter, a hashtag supracitada, em uma publicação que convocava mulheres que sofreram assédio a compartilharem suas histórias. A campanha surgiu um dia depois da estreia do reality show *Masterchef Júnior*, exibido pela TV Band. Durante a transmissão do programa, uma das participantes, Valentina Schulz, de 12 anos, virou alvo de comentários de cunho sexual feitos por internautas na mesma mídia social. Em resposta ao fato e em apoio à Valentina, a Think Olga incentivou suas seguidoras a dar publicidade a relatos pessoais, afirmando que “se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima” (THINK OLGA, 2018).

Com o intuito de compreender o contexto e os efeitos da mobilização digital de forma ampla, o ponto de partida desta pesquisa será o levantamento de aparatos teórico-metodológicos que pensam o processo de produção de sentidos sobre trauma (FREUD, 1894; FOUCAULT, 1978; RUDGE, 2009), baseados no tensionamento de questões sobre memória, testemunho e subjetividades (LEVI, 1988; VAZ, 2010; 2014; 2016; ARENDT, 1999; HALBWACHS, 1990), e pela proposta de memórias mediadas na área da antropologia digital (VAN DIJCK, 2007; MILLER, 2014; MACHADO, 2017).

Sob o olhar metodológico, busca-se analisar as postagens da mobilização digital #primeiroassédio, com base no recorte de cinco postagens, datadas em outubro de 2015, período ápice da campanha, que relatam casos de abuso e/ou assédio sexual feminino cometido por familiares ou por pessoas muito próximas da vítima. A proposta, aqui, é construir uma taxonomia a partir de investigações das representações sociais, associadas à análise do discurso francesa – que nos possibilita sair do texto para a compreensão do contexto de produção discursiva.

1. Trauma e subjetividades

“O que é este tempo que é o nosso tempo? Como e quando se dará esta volta de Deus que nos foi prometida? O que fazer com este tempo que parece excessivo? E o que somos nós, nós que somos esta passagem?” (FOUCAULT, 1978, p. 135). Com esta frase, dita em entrevista conhecida como “Não ao Sexo Rei”, Foucault traz a ideia de um tempo sempre no presente, um tempo percebido como um agora. O autor usa essas perguntas – classificadas por ele próprio como “brincadeiras” – para mostrar ao seu entrevistador que não acredita em nenhum tipo de volta. Trazendo essa reflexão para a esfera do trauma, considerando uma volta que não é possível, que tempo é este para a sua elaboração? Talvez um tempo em que trauma e testemunho coexistem, considerando o passado como um presente que já passou.

E o conceito de trauma? Freud construiu uma noção empírica do trauma. Classificou-o como uma excitação não descarregada e adotou a histeria como modelo, ao observar pacientes que sofriam por causa de acontecimentos (reais ou fantasiados) ocorridos no passado. Considera como sendo um evento traumático: “uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo” (FREUD, 1916-17, p. 275). Antes da criação da teoria psicanalítica de Freud, a histeria já era percebida como uma psicopatologia que estava relacionada a um acontecimento traumático, de origem emocional. Na maior parte das vezes, com passagens pela vida sexual do indivíduo, ainda que ela, a histeria, só ocorresse em pessoas predispostas (organicamente) a esse tipo de distúrbio.

A partir de seus encontros com Charcot, Freud reformulou sua compreensão sobre histeria, e reconheceu a origem de fatores psicogênicos e de fatores sexuais como fundamentais para a eclosão da patologia.

O tratamento de pacientes histéricos forneceu-lhe um amplo campo de observação clínica, no qual ele pôde constatar que todos os seus pacientes tinham sido traumatizados por acontecimentos de natureza sexual. Na teoria inicial, o trauma foi considerado como um acontecimento real e, depois, como sabemos, um acontecimento imaginário (FULGENCIO, 2004, p. 256-257).

Nos estudos de Freud, o conceito de libido também se mostra fundamental para a sua compreensão de trauma. A noção de libido é tida como uma energia represada, desviada ou descarregada. Fulgencio (2004) aponta para o fato de que tal percepção fará a diferença entre a concepção psicanalítica freudiana e as concepções médicas e psicológicas (para além de Freud) de trauma. Nas palavras de Fulgencio, trata-se de “uma especulação cuja validade deve ser medida. Não porque algum dia uma energia será descoberta, mas porque ao utilizar essa construção é possível chegar a explicações úteis e operativas para o tratamento das psiconeuroses” (FULGENCIO, 2004, p. 257). Já nas palavras de Freud:

[...] exporei em poucas palavras a representação auxiliar da qual me servi nesta exposição das neuroses de defesa. É a seguinte: nas funções psíquicas, cabe distinguir algo (montante de afeto, soma de excitação) que tem todas as propriedades de uma quantidade – ainda que não haja meio algum de medi-la –; algo que é suscetível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se difunde pelas marcas mnêmicas das representações, como faria uma carga elétrica pela superfície dos corpos. (FREUD, 1894, p. 60)

Há, no entanto, uma diferença clara entre o trauma analisado empiricamente, por processos psicológicos – ou seja, quando se refere ao conflito de ideias conscientes e inconscientes, “conflito entre o eu, enquanto um conjunto de representações fortes, e representações incompatíveis com o eu, conflito entre desejos (conscientes e inconscientes)” (FULGENCIO, 2004, p. 258) — e o trauma observado sob a perspectiva metapsicológica – “referido a um quantum de afeto ou uma energia (a libido) que pode movimentar-se parcial ou totalmente em relação às ideias a elas conectadas, num aparelho psíquico impulsionado por pulsões” (Ibid., p. 258). Segundo Freud:

Pode-se mesmo dizer que o termo “traumático” não tem outro sentido que econômico. Chamamos assim a uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo, um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético. (FREUD, 1916-17, p. 275)

Fulgencio acrescenta outros conceitos “metapsicológicos” – apontados por Laplanche e Pontalis (1967) que aprofundam a concepção freudiana de trauma. Assim sendo, além da noção de libido, que engloba o aparelho psíquico, envolve as de forças psíquicas ou pulsões. A compreensão de trauma psíquico é estudada sob aspectos analógicos, transpondo-se para o plano psíquico o que, antes, era pensado apenas no plano orgânico: “A psicanálise retomou estes termos (em Freud apenas encontramos Trauma), transpondo para o plano psíquico as três significações que neles estavam implicadas: a de um choque violento, a de uma efração e a de consequências sobre o conjunto da organização” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 501).

Portanto, o trauma pode ser compreendido como um acontecimento de natureza psíquica, no qual o indivíduo está sujeito a uma excitação que não pode ser eliminada (seja por proibição, seja por incapacidade devido ao momento de seu desenvolvimento psíquico). Tal excitação possui natureza sexual ou diz respeito a relações com objetos marcados por excitações do tipo eróticas. Isso porque a noção freudiana de trauma está intimamente ligada à ideia de que o bebê ou a criança, desde o início mais tenro, já reconhece determinados objetos (sejam pessoas, sejam partes de pessoas ou objetos propriamente ditos) como aquilo que, reconhecidos como objetos externos (ainda que sejam elementos de sua fantasia), podem servir para eliminar uma determinada excitação, e que é a vivência do complexo de Édipo, em termos sempre traumáticos, já que a realização de todos os desejos aí envolvidos implicariam a própria destruição do indivíduo e da cultura. (FREUD, 1916-17). Deste modo, tudo passa a ser entendido como uma questão de sublimação da sexualidade ou de dificuldades dessa sublimação ou, ainda, de sua realização sempre impossível na sua totalidade.

Ao considerar o trauma como um “afluxo excessivo de excitação”, Freud compreende que a própria constituição do psiquismo resulta dos resíduos energéticos, ocasionados pela proibição ou renúncia das satisfações pulsionais, ou seja, o pensamento e o próprio psiquismo ocorrem pela impossibilidade de descarga de excitações, desviadas, então, para outros fins, que não a satisfação do princípio do prazer. No processo de constituição do psiquismo ocorre outro processo, no qual as excitações não são diretamente passíveis de descarga, caso fossem, o homem funcionaria apenas pelo princípio do prazer, tornando impossível a organização cultural, o que implica não só uma renúncia, mas também a retenção de uma quantidade de energia que deverá procurar outra via de

descarga. Diz Freud: “Parece, sobretudo, que toda a cultura deve necessariamente se edificar sobre a coerção e a renúncia pulsional” (FREUD, 1927, p. 7).

Rudge (2009) parte da perspectiva teorizada por Freud. A autora reconhece que a concepção de trauma possui raiz nos primórdios da Psicanálise, mas retoma um espaço o qual não gozava mais entre os psicanalistas. “Do ponto de vista dos modelos existentes de trauma, é ampla a polissemia e a série de interpretações conflitantes a que o termo está sujeito dentro do campo inaugurado por Freud” (RUDGE, 2009, p.9).

Curiosamente, trauma, segundo a autora, é uma palavra que apresenta a característica de se manter a mesma em quase todos os idiomas do Ocidente. Esta qualidade é, em geral, benefício dos nomes próprios.

A palavra vem do grego, τραύμα, e nessa língua significa “ferida”. Na medicina, designa lesões no organismo causadas por fatores externos. Por analogia, no plano da psicopatologia, veio designar os acontecimentos que rompem radicalmente com um estado de coisas do psiquismo, provocando um desarranjo em nossas formas habituais de funcionar e compreender as coisas e impondo o árduo trabalho da construção de uma nova ordenação do mundo (RUDGE, 2009, p. 8-9).

Hoje, as discussões sobre o trauma caminham para uma crítica da sociedade contemporânea, que pode afetar os sujeitos e suas maneiras de ser, de forma nociva. Na contemporaneidade, o trauma assume um lugar que permite reconfigurar todo o arcabouço sobre eventos causadores de sofrimento extremo. Neste conjunto, estariam as próprias elaborações dos episódios traumáticos, assim como suas memórias e narrativas. Neste cenário, Rudge faz um alerta.

Não podemos esquecer que o enfoque da psicanálise é voltado para os sujeitos um a um, para a singularidade de cada pessoa apoiando-se em sua história infantil única, embora em muitos aspectos a história de cada um seja também compartilhada por seus contemporâneos. O trauma não é o acontecimento em si, mas o modo como esse acontecimento incide sobre o psiquismo de alguém e por ele é processado. (RUDGE, 2009, p. 9).

Nesse sentido, Sacramento (2016) compreende que a cultura contemporânea tem reconfigurado modos de experimentação de sofrimentos, bem como as narrativas sobre doenças, infortúnios e abusos. Para o autor, o trauma passou por uma transformação cultural, marcada pela “generalização da experiência traumática” (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.6).

A noção de trauma, nesse contexto, não é mais apenas associada a eventos-limite (conflitos, guerras, massacres, genocídios, ataques terroristas), mas está sendo cada vez mais mobilizada para interpretar situações corriqueiras (relacionamentos, frustrações, problemas com a aparência física, perdas). (SACRAMENTO, 2016, p. 8)

A auto exposição de traumas, evidente na cultura digital por meio de *talk shows*, documentários, *reality shows*, telejornais, entre outros programas ecoam formas de exposição e consumo de sofrimentos pessoais. “De um modo geral, esse mostruário do trauma pessoal vem se configurando como um gênero do discurso midiático bastante recorrente, por meio do qual célebres e anônimos falam sobre inseguranças, medos e angústias” (SACRAMENTO, p.8).

Atualmente, o trauma – enquanto etimologia – não é mais um termo, necessariamente, literal da medicina ou da psicanálise. Além de compreender lesões no corpo em consequência a determinados eventos ou indicar sofrimentos psíquicos causados por situações pontuais, a compreensão de trauma foi ampliada como uma “nova linguagem sobre os eventos” (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.9), permitindo que ocorrências da vida cotidiana também sejam classificadas, ainda que superficialmente, como traumáticas.

Embora, como aponta Rudge, o trauma continue sendo objeto de experiências pessoais, em alguns autores – como na literatura derivada de Freud – ele acontece durante a situação extrema de sofrimento. O sentido, na verdade, é uma analogia com a ideia de trauma físico da medicina. Entretanto, na própria psicanálise, outra corrente – como veremos a seguir – indicará que o trauma, na realidade, só se estabelece no contato com o outro, para a elaboração da experiência traumática (FERENCZI, 1992).

No Brasil, tem sido cada vez mais presente a importância dada ao testemunho público do sujeito vítima de trauma, seja em manifestos e desabafo públicos nas redes sociais ou em programas televisivos que exploram a organização do trauma pelo indivíduo, nas diversas áreas da vida humana, como uma grande jornada do herói. Neste contexto, o testemunho da vítima – que também será abordado com olhar próprio para o tema mais adiante – assume o papel de transformar a experiência traumática e dar a ela um sentido mais próximo de autoajuda, que usa o sofrimento como meio de desenvolvimento pessoal e de acesso à “verdade interior” dos indivíduos. Verdade esta que só poderia ser atingida por meio da vivência de momentos marcados por abusos, violências, desgraças e angústias excessivas (MILLER, 2012).

Segundo Miller (2012), a autenticidade de determinadas vivências traumáticas foi perdida diante da submissão à lógica do espetáculo. Assim sendo, é possível uma falsificação de experiências traumáticas com o objetivo de estimular o consumo por produtos midiáticos (livros, programas de televisão, revistas, sites). Ao passo que ofertas não midiáticas estariam mais imunes ao fingimento. Tal abordagem envolve premissas questionáveis, que não serão campo de estudo desta pesquisa. Entretanto, a ideia do trauma exposto à lógica do espetáculo é válida para fins de observação, já que o objeto central de análise serão os depoimentos marcados pela campanha midiática #primeiroassedio que, de certo modo, direcionou – naquele período – os holofotes sobre o tema abuso e/ou assédio sexual em vítimas mulheres, dentro e fora do Brasil.

2. Testemunho e memórias mediadas

“A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (Levi, 1988, p.7). Essas palavras de Levi nos lançam, sem reservas, no jogo do testemunho. Aqui, ele se apresenta como uma questão de sobrevivência. O destaque das aspas, feito por Levi, pode indicar tanto a ideia de que entre a vítima e “os outros” existia uma barreira, como também uma certa dificuldade no ato de narrar.

A crítica literária Beatriz Sarlo (2006), que aborda o trauma mais especificamente no campo das ditaduras latino-americanas, também pontua a dificuldade em narrar eventos traumáticos, antes da Segunda Guerra. Essa dificuldade é endossada em textos como “O Narrador” de Walter Benjamin. Neste, Benjamin (2008) afirma que após a Primeira Guerra, os homens voltaram silenciosos, sem muito a dizer sobre o que viveram, apesar da intensidade dos acontecimentos ao seu redor.

Sob este aspecto, Pimentel (2014) relata que, da década de 1960 em diante, a relação entre trauma e narração sofreu uma reconfiguração: “não importa se a memória traumática é nebulosa, os que sobrevivem a condições limite serão testemunhas do inacreditável. Portanto, o silêncio deve ser rompido” (PIMENTEL, 2014, p. 537). Nesse sentido, Pimentel utiliza-se dos trabalhos de Foucault para valorizar o rompimento do silêncio: “quando um modo de explicar o comportamento humano é muito bem-sucedido no presente, seu passado é esquecido” (Ibid., p. 537).

Em relação às vítimas de violência sexual, o silêncio surge como uma hipótese repressiva, condicionando a pessoa violentada à solidão diante da impossibilidade de compartilhar sua dor e seu sofrimento. Revelar feridas invisíveis, impressas no psiquismo das vítimas, também significaria trazer à tona nexos causais entre passado e presente, já que as vítimas de abuso infantil são, agora, adultas (VAZ, 2010).

O estudo da campanha #primeiroassédio neste trabalho aponta para uma dimensão teórica quando da antropologia digital, uma vez que se privilegia o espaço digital como um campo de interações, onde as contradições socioculturais se manifestam. A seguir, será possível verificar como as mobilizações online provocadas pela hashtag #primeiroassédio se apresentam como espaços privilegiados para que se estude as memórias pessoais em um contexto de documentação e acervo de experiências traumáticas de testemunhos online.

3. O estudo de campo por meio da análise da campanha #primeiroassédio

No dia 21 de outubro de 2015, a ONG feminista Think Olga inaugurou, nas redes sociais, especialmente no Twitter, a hashtag #primeiroassédio, em post que convidava mulheres a compartilharem seus primeiros casos de abuso/assédio sexual. A campanha foi lançada um dia após a estreia do reality show *Masterchef Júnior*, exibido pela TV Band. Na ocasião, uma das participantes, Valentina Schulz, de 12 anos, tornou-se alvo de comentários pejorativos e de conotação sexual, feitos também pelo Twitter.

Por essa razão, a campanha da Think Olga foi percebida como resposta ao fato, e em apoio à Valentina. Ao convocar suas seguidoras a relatarem suas primeiras experiências, a ONG estimulava a publicidade a relatos pessoais, afirmando que “se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima” (THINK OLGA, 2018).

Em apenas quatro dias, a hashtag #primeiroassédio já havia sido replicada em mais de 82 mil posts, nessa mesma mídia social (THINK OLGA, 2015). A mobilização se alastrou por plataformas como Facebook e Instagram, conquistando ampla repercussão nacional e internacional, ao marcar a exposição de relatos de milhares de mulheres, vítimas de algum tipo de abuso sexual.

Levantamento da própria ONG, realizado em 2016, apontou que a campanha foi citada em 3.111 postagens com relatos de abusos, a maioria sofridos na infância, quando as vítimas tinham entre 9 e 10 anos de idade. A análise também revelou que 65% dos casos

de assédio contra as mulheres são cometidos por conhecidos das vítimas (THINK OLGA, 2018) — familiares ou pessoas próximas, consideradas confiáveis.

Tais dados foram utilizados como critério para a coleta de relatos publicados por perfis femininos, especialmente na mídia social Facebook — que, em levantamento prévio, foi a que se mostrou com maior número de publicações densas e relevantes (textos longos, relatos completos), já que não há limite por caracter ou ícone fotográfico como referência principal da rede social – com a hashtag #primeiroassedio. As postagens examinadas foram feitas entre 23 e 30 de outubro de 2015.

A triagem nos retornou cinco depoimentos, nos quais o assediador se encaixa no perfil citado. Nos relatos selecionados, quem pratica o assédio é o caseiro da família, o pai da amiga de infância e agressores que as vítimas classificam como “pessoa da família” e “pessoa próxima da família”. Ou seja, pessoas de convivência da vítima.

Vejamos, primeiro, a história da mulher assediada entre 9 e 11 anos por “pessoa próxima da família”, com quem sempre encontrava: “[...] A história se estendeu sei lá por quanto tempo, até o dia em que acordei com a pessoa seminua no meu quarto. Gritei histericamente. A casa acordou. O caso nunca mais aconteceu. Pouco se falou nisso”, escreveu em 26 de outubro de 2015⁴. Nesse depoimento, assim como em muitos outros, o trauma silenciado é um dos elementos que compõem o discurso. A temática da dor é associada com frequência ao sigilo dos abusos. “[...] Por ser o assédio mudo, às vezes cego e surdo, que tantas mulheres aqui se propõem a fazer esse relato íntimo, difícil e constrangedor”, continua a vítima em questão.

Retomando a história do movimento feminista da década de 1960 – para iluminar a temática do silenciamento explícito no caso acima –, a comunidade, na ocasião, encontrou bases clínicas importantes para sustentar a sua crítica social. Ao defender que as vítimas mulheres sofriam em silêncio, que, até então, não se pronunciavam porque estavam divididas entre a dor e o olhar do agressor, foi crucial para começar a quebrar a resistência de uma época, a colocar o tabu em cheque. “O silêncio seria sinal do segredo” (Pimentel, 2014, p. 543).

Em outra esfera do silenciamento, Primo Levi (1988) o analisa diante da impossibilidade do testemunho.

Ele afirmava que os indivíduos que testemunharam foram apenas os que justamente conseguiram se manter a uma certa distância do evento, não foram

⁴ Acesso em: 13 set 2019.

totalmente levados por ele como o que ocorreu antes de mais nada com a maioria dos que passaram pelos campos e morreram, mas também com aqueles que eram denominados de Musulmänner dentro do jargão do campo, ou seja, aqueles que haviam sido totalmente destruídos em sua capacidade de resistir (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 68)

Na direção contrária ao silenciamento, Hannah Arendt (1999) defende o uso das narrativas para compreender os acontecimentos do Holocausto. Em seu caso específico, a experiência totalitária tornou-a uma contadora de histórias. Para ela, a narração permite que o acontecimento cristalize o que, no passado, pode a ele estar relacionado. “Talvez os verdadeiros transe do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado” (ARENDR, 1990, p. 512).

Seguindo a análise da campanha #primeiroassedio, uma outra pessoa, agredida por alguém da família – que ela não revela a identidade – entre os 4 e 5 anos de idade, escreveu em 26 de outubro de 2016⁵: “Por ser uma pessoa da família, e todo o meu processo de assimilação, você já pode imaginar todos aqueles clichês... ‘ninguém acredita’, ‘invenção de criança’, ‘deixa pra lá’, ‘fantasia’”.

Em relatos como esse, quando a figura do agressor é alguém de dentro do núcleo familiar, a pesquisa aponta que é comum encontrarmos marcas de esquecimento no discurso autobiográfico. Nesse sentido, Carvalho e Costa (2011) consideram mais um elemento no processo de narrar: o esquecimento, que está para além da lembrança. Nas palavras dos referidos autores:

Entendemos que a memória se produz, em parte, também para produzir esquecimento. O esquecimento não surge aqui como oposto à lembrança, mas como parte do processo de produção da memória. Esquecer determinadas passagens da vida e “ser esquecido” (por situações, pessoas e lugares) é parte inerente do processo de lembrar e produzir memórias. Não há lembrança sem esquecimento. (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 69).

Segundo os autores, nesse contexto, a memória não está sendo compreendida como um “recurso de resgate do passado, mas um processo de produção do/no presente” (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 69). Neste caso específico, os autores comprovam a potência da narrativa por sua característica de ser uma atividade livre, pela qual o narrador

⁵ Acesso em: 13 set 2019.

pode contar suas histórias sem compromisso com a “cronologia”, com a “coerência” ou com a “verdade”.

Especialmente no que diz respeito a este último compromisso – com a verdade –, convém traçar as diferenças entre história e memória, permitida por meio da obra de Maurice Halbwachs (1990). Para Halbwachs, memória coletiva ou social não pode ser confundida com história. A memória, para ele, seria algo vivo, em construção, enquanto a história estaria centrada no presente, mas também no passado, no intuito de conhecê-lo e construir um discurso sobre ele.

Segundo Casadei (2010), que faz uma análise do discurso de Halbwachs, há outro aspecto a ser considerado. “[...] No campo que Halbwachs inaugura, as memórias de um indivíduo nunca são só suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade” (CASADEI, 2010, p. 154). O trecho citado atua como base para a reflexão sobre como os testemunhos têm se apresentado como modelo de narrativa contemporânea.

Já Elsa Peralta (2007), problematiza algumas questões levantadas por Halbwachs. A autora sublinha a ligação entre memória e constituição de identidades coletivas, que serviria para assentar uma ideia de pertencimento a um determinado grupo social. No objeto desta pesquisa, seria como considerar o deslocamento de memória no testemunho das vítimas em determinados grupos sociais, objetivando sentidos como o de pertencimento, para a elaboração da experiência traumática.

De volta à campanha, outra depoente, neste caso abusada pelo pai da melhor amiga (a quem considerava como um segundo pai), publicou em 30 de outubro de 2016: “Abrir meu coração nessa campanha não é apenas uma forma de lutar, é plantar uma semente de esperança para as mulheres que como eu, em algum momento, perderam a vontade de viver”. Ela conta que outros casos, com homens diferentes, ocorreram depois, e que depressão e tentativa de suicídio foram consequências da violência sexual.⁶

Em artigo publicado em 2014 (VAZ et al, 2014), as narrativas de vítimas de estupro difundidas na internet suportam a análise do testemunho como forma de discurso autobiográfico contemporâneo. Os autores delineiam as diferenças entre a confissão, de ambição terapêutica moderna, e o testemunho, de ambição terapêutica atual, ambos vistos como práticas discursivas que participam da produção de subjetividade e constroem um passado explicativo do sofrimento.

⁶ Acesso em: 3 maio 2018.

No contexto atual, o testemunho seria o discurso decisivo para a constituição da vítima como sujeito contemporâneo, sendo a figura da vítima uma saída socialmente aceitável para comunicar o sofrimento ligado à violência, reivindicando demandas e ações sociais de reparação e cuidado (FERREIRA JUNIOR, 2015).

Ainda assim, a apresentação do sofrimento nestes moldes poderia engendrar consequências problemáticas, como as levantadas no artigo supracitado, que mostrou, por meio da análise dos testemunhos do blog francês *Je Connais Um Voleur*, uma revisão conceitual do crime de estupro (VAZ et al, 2014). Na análise, os autores privilegiaram testemunhos de “situações potencialmente ambíguas”, descartando casos de pedofilia ou incesto que caracterizariam clara situação de constrangimento. Direcionando o olhar e a análise para relatos de estupro dentro de relacionamentos e em condições influenciadas pela embriaguez, os autores esclarecem a intenção de problematizar questões relevantes, sem condenar a vitimização:

Se não era intenção ofender nem quem se pensa como vítima, nem fornecer argumentos para moralistas e se sabíamos que esses efeitos tendem a decorrer dos esforços de relativização, por que questionar o conceito de estupro? Certamente porque cremos que algumas consequências desse modo de conceituar e hierarquizar os atos sexuais são problemáticas (VAZ et al, 2014, p. 29).

Dentre as consequências problemáticas detalhadas por eles estão: a limitação da autonomia da mulher às experimentações sexuais, a redução da solidariedade com mulheres que sofreram violência efetiva devido à generalização das vítimas e, sobretudo, a ênfase no estupro e na posição de vítima, que poderia “reduzir nossa capacidade de imaginar futuros diferentes, para além do moralismo, nas relações entre homens e mulheres” (VAZ et al, 2014, p. 32).

No artigo, os autores tratam do novo regime amoroso e detalham um circuito de explicações para o sofrimento e o lugar do testemunho das vítimas de casos de estupro. O argumento final do texto propõe que a acusação do outro não nos abre à experimentação e que a posição da vítima ao relatar testemunho também pode ser questionada:

Em termos da relação consigo, cabe notar que a acusação do outro supõe a plena posse da verdade em quem acusa. Economiza-se, assim, o questionamento da adesão aos valores da cultura. Ao acusar, não questionamos e, sim, utilizamos esses valores como base da acusação. Efetivamente, portanto, acusar o outro não nos abre à experimentação de si e do mundo. E haveria muito que questionar, como a associação entre experiências sexuais e ato de consumo e um resto de condenação moral à experimentação. Ao menos quando nos acusávamos, a insistência do desejo podia nos levar a questionar as normas sociais; quando acusamos os outros, porém, a tendência é a de manter-se na inocência da vítima e, assim, não questionar os valores a partir dos quais a responsabilização é

construída. A presunção de inocência também é moralista. O mundo é mais complicado do que nos fazem crer tanto o machismo quanto a inocência virtuosa da vítima (VAZ et al, 2014, p. 32).

Tal forma de questionamento faz parte da avaliação de como as narrativas autobiográficas participam ativamente de um novo modo de produção de subjetividade, que se aproximam da figura da vítima e se afastam da posição do preconceituoso, que tomou o lugar do anormal na cultura contemporânea, dentro de uma dinâmica de identificação que orienta o que se deseja ser.

De acordo com Vaz, ao relatar experiências de sofrimento, as pessoas se posicionam como vítimas que tiveram seu direito à felicidade prejudicado. Direito este que junto da produção de consumidores, caracterizam a cultura ocidental contemporânea (VAZ, 2014). Desta forma, o lugar da vítima e do testemunho estaria legitimado por um contexto maior de subordinação a modelos de subjetividade que mantêm padrões hegemônicos de comportamento.

A campanha digital marcada pela hashtag #primeiroassedio reflete nas narrativas oportunidades, tanto de organizar sentimentos ruins relacionados ao episódio de abuso, como o de fortalecer outras mulheres que passaram pela mesma situação. Em uma história compartilhada em 28 de outubro de 2015, a vítima conta ter sido assediada pelo caseiro de sua família, aos 9 anos: “Só tive coragem de contar para a minha mãe muitos anos depois. Eu sentia muita culpa, achando que, de alguma forma, eu provoquei aquela situação e que não acreditariam em mim. Precisei e preciso ainda de muita terapia⁷”.

O argumento acima, que sugere uma oportunidade de organização do trauma, pode ser encontrado na publicação de uma mulher em 23 de outubro de 2015⁸: “depois de ler tantas mensagens de encorajamento e apoio sobre o meu #primeiroassedio, senti que só se cura a ferida assim: expondo e limpando”.

Culpa, vergonha e medo são sentimentos muito presentes nos testemunhos. Pesquisa divulgada pelo programa Fantástico, em setembro de 2017, sobre palavras-chave relacionadas ao assédio sexual no Twitter, revela que o termo vergonha lidera a lista de sentimentos ancorados aos depoimentos. A palavra raiva surgiu, na ocasião, com 79% de uso, mais que o triplo da palavra medo, que apareceu em 21% das publicações (MARTINELLI, 2017).

⁷ Acesso em: 13 set 2019.

⁸ Acesso em 13 set 2019.

Ainda segundo VAZ (2016), mais especificamente em suas investigações de cunho genealógico⁹, há mudanças históricas na abordagem do sofrimento e em como os testemunhos têm se apresentado como modelo de narrativa contemporânea. O autor relata diferenças entre o sujeito moderno e o contemporâneo e, nesse sentido, entende que a eclosão de narrativas autobiográficas, que relatam experiências de sofrimento no espaço público, com prática de exposição de si, caracteriza-se como experiência “terapêutica”, marcando uma transformação da sensibilidade contemporânea. (LERNER; VAZ, 2016).

Sobre a dificuldade de relatar os fatos ocorridos, na tentativa de apaziguamento das dores, Levi (1988) prevê que o narrador se vê cercado por um sentimento de culpa, de fragilidade, que o leva ao trauma de sobrevivência, trauma esse que é sempre resgatado a partir de lembranças de experiências de um passado que já não há mais como modificá-lo. “Talvez sobrevivamos às doenças e escapemos às seleções, talvez aguentemos o trabalho e a fome que nos consomem, mas, e depois?” (LEVI, 1988, p. 77).

Por fim, a análise da campanha #primeiroassedio corrobora a vertente de que as experiências traumáticas precedentes podem se articular por meio de interações online e expressam sua dimensão ao representar uma possibilidade de enquadramento e de ressignificação de vivências individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha #primeiroassedio teve grande repercussão nacional e internacional nas redes sociais. Van Dijck (2007), a partir do conceito de memórias mediadas, direciona o pensamento para a construção de legados digitais e coletivos com o uso de hashtags, que marcam e organizam testemunhos sobre experiências femininas de abuso/assédio sexual no mundo todo.

O fato de o conteúdo dos relatos abarcar conflitos históricos, como a desigualdade de gênero, e permitir o fortalecimento de questões feministas contribuíram para o sucesso da mobilização. As hashtags são consideradas como um símbolo de difusão social. No estudo da mobilização #primeiroassedio, notou-se que o seu rápido engajamento revelava o desejo de exposição e denúncia das marcas de episódios traumáticos.

⁹ Termo-chave de Foucault, derivado de Nietzsche, usado aqui para classificar um tipo de investigação do desenvolvimento de discursos correlacionados com poder/saber específicos de uma época.

A campanha permitiu voz às mulheres, que conquistaram espaços midiáticos representativos por meio da divulgação da hashtag. O movimento também marcou a ruptura de tabus em torno do tema abuso/assédio sexual, que revelou, ainda, um segundo desejo de produzir mudanças comportamentais.

A iniciativa feita pelas vítimas ao resgatar suas memórias e expô-las no espaço público – e todo o conflito interno que tal ato implica – humaniza a experiência sofrida ao mobilizar pessoas em rede. Dessa forma, a ruptura de tabus em torno do tema abuso e assédio sexual, foi percebida como um difusor de vivas vozes, amadurecidas durante anos de silêncio. O testemunho, mesmo com todos os seus limites e impossibilidades, mostrou ser um caminho para a volta do que foi e ainda é silenciado no universo feminino.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente). **Relatório anual do sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Obras escolhidas, v. 1, p. 197-221.

BRASIL. **Código Penal**. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CARVALHO, Emílio; COSTA, Samira. As potências da narrativa. In: LOPES, Kleber; CARVALHO, Emílio; MATOS, Kelma (Orgs). **Ética e reverberações do fazer**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CASADEI, Eliza. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 108, 2010.

FASSIN, Didier e RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma: inquiry into the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FERREIRA, M. C. L. Apresentação. In: **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre (RS): UFRGS. 2001.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Freud, Sigmund. The Defense Neuro-Psychoses. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 3, 1894.

_____. A General Introduction to Psychoanalysis. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 15 e 16, 1916-17.

_____. The Future of an Illusion. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 21, 1927.

_____. As neuropsicoses de defesa. In: **Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (E.S.B.)**. vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. **Natureza humana**, São Paulo, v. 6, n. 2, dez. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151724302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul 2019.

VAZ, Paulo. **Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea**. Galaxia, São Paulo, n. 28, p. 32-44, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014219044>>. Acesso em: 28 maio 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LAPLANCHE, Jean. **Teoria da sedução generalizada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand 1967: **Vocabulaire de psychanalyse**. Paris, PUF, 1994.

LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. “**Minha história de superação**”: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. Interface. Botucatu, vol. 21, n. 60, pp. 153-163, 2016.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIRA, Fiamma; MOROSINI, Pedro; MOTA, Camila; TEIXEIRA, Carla. **O uso de hashtags no Facebook e a Repercussão da Campanha #primeiroassédio**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIX. 2017. Fortaleza, CE. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0295-1.pdf>. Acesso em 03/05/2018.

MACHADO, Monica. **Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017.

MARTINELLI, Isabella. “**Vergonha**” é termo mais associado às vítimas de ataques sexuais. Revista Claudia Online. Grupo Abril. 2017. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/pesquisa-assedio-sexual-twitter/>. Acesso em: 16 maio 2018.

MILLER, Alyson. **The pornography of trauma**: faking identity in misery memoirs. *LiNQ*, vol. 39, pp. 90-103, 2012

MILLER, Daniel.; HORST, H. A. **The Digital and the Human: A Prospectus for Digital Anthropology**. In: HORST, H. A.; MILLER, D. (Eds.). *Digital Anthropology*. London: Berg, 2012.

MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. **Webcam**. Cambridge: Polity Press, 2014.

OLGA, THINK. **Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio**. 26 out. 2015. Disponível em: < <https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. **Primeiro Assédio**. 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Abuso infantil e negligência por parte dos pais e outros responsáveis**. In: Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS; 2002. p. 59-87.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In. **Arquivos da Memória**: Antropologia, Escola e Memória. N. 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

PIMENTEL, CÉSAR. **Clínica do trauma e narrativa do sofrimento**. *Fractal, Rev. Psicol.*, 2014, v. 26 – n. esp., p. 535-550. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1330>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SACRAMENTO, Igor. **O espetáculo do trauma**: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV. *Contracampo, Niterói*, v. 35, n. 02, pp. 157-182, ago./nov., 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes**. *Projeto História, São Paulo*, n. 30, p. 71-98, 2005.

VAN DIJCK, José Maria. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

_____. **The culture of connectivity**. A critical history of social media. Oxford, Oxford University Press, 2013.

VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. **Testemunho e Subjetividade Contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social**

da inocência. Lumina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 8, n.2, p. 1-33, dez. 2014.

APÊNDICE

Postagens na íntegra

Figura 1



Figura 1: Depoimento com a hashtag #primeiroassedio publicado no Facebook em 26 de outubro de 2015. Captura de tela feita em 13 de setembro de 2019.

Fonte: www.facebook.com

Figura 2



Figura 2: Depoimento com a hashtag #meuprimeiroassedio publicado no Facebook em 30 de outubro de 2015. Captura de tela feita em 03 de maio de 2018.

Fonte: www.facebook.com

Figura 3



Figura 3: Depoimento com a hashtag #primeiroassedio publicado no Facebook em 24 de outubro de 2015. Captura de tela feita em 13 de setembro de 2019.

Fonte: www.facebook.com

Figura 4



Figura 4: Depoimento com a hashtag #meuprimeiroassedio publicado no Facebook em 26 de outubro de 2015. Captura de tela feita em 13 de setembro de 2019.

Fonte: www.facebook.com

Figura 5



Figura 5: Depoimento com a hashtag #primeiroassedio publicado no Facebook em 23 de outubro de 2015. Captura de tela feita em 13 de setembro de 2019.

Fonte: www.facebook.com